



Às nove horas do dia doze de maio de dois mil e quinze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocada a Auditora Adriana Oliveira e o Auditor Sérgio Dantas para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do RI/TCM. **LEITURA DE EXPEDIENTE:** o Secretário Geral do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Robson Figueiredo do Carmo, fez a seguinte leitura de expediente: "*Processo nº 201506264-00. O Presidente da Câmara Municipal de Faro, Vereador Francisco Paulo Duque Menezes, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 02/2015, de 23.03.15, que reprovou as contas do Executivo, de responsabilidade do ex-Gestor, senhor João Alfredo Ribeiro de Carvalho, referente ao exercício financeiro de 2000. O TCM, pela Resolução nº 11.371, de 28.01.2014, sugeriu a não aprovação das referidas contas. Processo nº 201506623-00. O Presidente da Câmara Municipal de Mãe do Rio, Vereador Nilton Cezar Alves de Souza, encaminhou a essa Corte cópia da Resolução nº 02, de 28.04.2015, que aprovou as contas do Executivo, de responsabilidade do ex-Gestor, senhor Antônio Saraiva Rabelo, já falecido, referente aos exercícios financeiros de 2006, 2007 e 2008. O TCM, em Sessão Plenária de 28.10.2014, sugeriu: - Resolução nº 11.641 (2006): aprovada, com ressalva; Resolução nº 11.642 (2007): aprovação, com ressalva; e Resolução nº 11.643 (2008): aprovação*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 201203271-00; Instituto de Previdência do Município de São Caetano de Odivelas; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão 20.577, de 30.11.2010 (Prestação de Contas de 2003); Responsável: Erika Milene Rodrigues; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda, com pedido de Vista ao Conselheiro Aloísio Chaves na Sessão Plenária do dia 25.03.2014; Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Aloísio Chaves proferiu seu **VOTO VISTA**: "*o Acórdão nº 20.577, de 30.11.2010, aqui recorrido, cujo voto condutor é de minha lavra, optou por I - Negar aprovação às contas do Instituto de Previdência de São Caetano de Odivelas, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade da Sra. Érika Milene Rodrigues, por estarem irregulares, nos termos do Art. 52, I, da Lei Complementar nº 25/94, pela omissão no dever de prestar contas*". Na parte dispositiva, determinou o ..... "*ressarcimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, devidamente corrigido, da importância de R\$-34.567,00 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais), contabiliza à conta "Agente Ordenador", em virtude da ausência de prestação de contas dos recursos recebidos no citado exercício*". Finalmente, aplica "*....multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelos alfares referente ao não envio da prestação de contas em meio documental ou magnético, com fundamento no Art. 57, II, da Lei Complementar nº 25/94. "Em grau recursal, a recorrente alega que: o fundamento da não aprovação das contas foi a ausência de prova documental da correta destinação e a aplicação dos recursos públicos sob sua gestão; não foi instaurado o devido processo*"



42 legal para lhe propiciar a oportunidade do contraditório e da ampla defesa, face não ter sido regularmente  
43 citada porque, apesar de ser funcionária pública municipal do Município de São Caetano de Odivelas, com  
44 domicílio certo e paradeiro conhecido, a citação foi feita pelo correio, com aviso de Recebimento, endereçada  
45 à repartição extinta desde o ano de 2005, sem nada lhe ter sido comunicado. Seu recurso se arrima no Art.  
46 67, II, da LCE nº 25/94, que trata de julgamento com base em insuficiência da produção de documentos; na  
47 oportunidade recursal oferece os documentos comprobatórios da regularidade da gestão dos recursos e,  
48 consequentemente, da regularidade da prestação de contas; seus atos satisfizeram as exigências de  
49 legalidade na destinação e aplicação os recursos públicos por ela geridos; o atraso na prestação de contas não  
50 contamina o mérito da prestação de contas em si, executada sem causar qualquer dano ou prejuízo para o  
51 erário e para a ordem jurídica; o atraso ou a ausência de prestação de não configura hipóteses de "grave  
52 infração" previstas no Art. 103, do RITCM, razão porque invoca a seu favor os princípios constitucionais da  
53 razoabilidade e da proporcionalidade. A 6ª Controladoria manifestou-se no sentido de que: A conclusão do  
54 Acórdão recorrido amparou-se no Art. 52, I, e Art. 57, II, da LCE nº 25/94, não merecendo reparos; Os  
55 documentos comprobatórios da regularidade da destinação e do emprego dos recursos públicos só foram  
56 fornecidos em fase recursal, como se fossem "documentos novos", quando na verdade não os são; na  
57 hipótese incide o instituto da preclusão temporária I na produção de provas por meio de documentos novos  
58 que, na verdade, poderiam ser apresentados como se destinados a suprir "documento insuficiente" ao  
59 julgamento; a citação da recorrente se deu com arrimo em AR- aviso de recebimento emitido pelos Correios,  
60 conforme permissivo do Art. 23, III, e Art.45, da LCE nº 25/94; houve prejuízo para a ordem jurídica na  
61 medida em que houve infração ao Art. 93, do RITCM, qual seja, a omissão no dever de prestar contas;  
62 reconhece que os recursos públicos geridos foram corretamente empenhados e aplicados, assim como os  
63 gastos justificados. Restaria apenas a irregularidade atinente ao atraso na prestação de contas. O Ministério  
64 Público de Contas opta por considerar regulares as contas prestadas, via suprimimento da insuficiência inicial de  
65 documentos. Assim, opina apenas pela aplicação de multa em razão do cumprimento do dever de prestar  
66 contas fora do prazo legal. O voto da lavra do eminente Conselheiro Daniel Lavareda diverge da manifestação  
67 do Ministério Público ao argumento de que "...me perfilho a entendimento do corpo técnico, que entende que  
68 o ingresso dos documentos anexados no recurso são capazes de elidir a conta agente ordenador, mas não a  
69 de sanar a omissão da ordenadora do dever de prestar contas". Assinala que "Há de se fazer uma clara e  
70 exata diferenciação entre uma prestação de contas intempestiva e a omissão no dever de prestar contas. O  
71 marco processual que delimita a ausência volitiva da prestação de contas e a prestação de contas a destempo  
72 é a citação ou notificação do ordenador para apresentar suas contas no período citatório ou notificatório, uma  
73 vez que, não o fazendo nos prazos assinalados pela lei de forma espontânea, será compelido a sansão se  
74 instaurada a tomada de contas pela omissão em não prestar contas nos prazos citatório ou notificatório".  
75 Acrescenta que "...a prestação de contas a destempo ocorre até o momento da citação, a partir daí,  
76 instaurada a tomada de contas há omissão no dever de prestar contas. Instaurada a tomada de contas  
77 qualquer peça contábil ou financeira que venha a ser juntada aos autos pelo tomador das contas ou pelo  
78 responsável, serve apenas para elidir o debito e os pontos de exercício obrigatório de controle externo..".  
79 Afirma que "Com efeito, não podem as cortes de contas darem igual tratamento aos jurisdicionados que  
80 prestam suas contas de forma regular, daquele que se omitindo o faz a destempo ou se tomadas". Afiança que  
81 "Tanto a prestação de contas a destempo quanto à omissão no dever de prestar contas estão sujeitas a  
82 sansão, salvo se tiver motivo justificador devidamente comprovado, que exima a responsabilidade do faltoso  
83 como caso fortuito e a força maior". A seguir, transcreve jurisprudência do TCU-Tribunal de Contas da União  
84 em socorro à sua conclusão no sentido de considerar irregulares as contas quando prestadas fora do prazo  
85 legal. Aduz, afinal, que "... considero que essa Corte de Contas não pode julgar o recurso sob análise, utilizado



86 da mesma medida adotada para aquele gestor que, mesmo intempestivamente, tenha cumprido com sua  
87 obrigação de prestar contas, razão pela qual, concluo que o envio de documentação em fase recursal é cabível  
88 apenas para a retirada da imputação de débito, desde que a mesma comprove a boa e correta aplicação de  
89 recursos". Enfim, dispõe que "Tomo conhecimento do recurso, e no mérito dou-lhe provimento parcial, para  
90 alterar o Acórdão nº 20.577.2010 no que tange ao afastamento do débito imputado a recorrente, Sra. Érika  
91 Milene Rodrigues, mantendo, contudo, o julgamento pela irregularidade de suas contas, em razão da omissão  
92 do dever legal de prestar contas, bem como a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), constante do  
93 item 3 do retro citado Acórdão". Fundamentos deste voto divergente. Na prática, o voto condutor não diverge  
94 da manifestação do Ministério Público de Contas junto a este TCM-Pará. Tal como este, afasta a imputação de  
95 débito por entender regular a destinação e aplicação dos recursos públicos geridos mas mantém a multa pelo  
96 atraso no cumprimento do dever constitucional de prestar de contas. Divergência há apenas quanto aos  
97 fundamentos das razões de decidir. Ou seja: enquanto o voto condutor entende que o atraso na satisfação do  
98 dever constitucional de prestar contas contamina de irregularidade a própria gestão dos recursos, o Ministério  
99 Público de Contas entende que isso não contamina aquilo. É com fulcro nessa linha de raciocínio lógico e  
100 jurídico que colho amparo para expressar a divergência que aqui defendo. A gestão dos recursos públicos e a  
101 prestação de contas dessa gestão integram momentos jurídicos distintos, com consequências inteiramente  
102 diversas. São momentos sucessivos, portanto, independentes. O segundo não pode retroagir para contaminar  
103 o primeiro. Exatamente porque a conclusão do primeiro é *conditio sine qua non* para oportunizar à satisfação  
104 do segundo. A imputação de débito é consequência legal imperativa de qualquer irregularidade na gestão da  
105 coisa pública. Em linha de correspondência, a regularidade dos atos de gestão é excludente de qualquer  
106 imputação de débito. Não se pune o que está certo nem se absolve o que está errado. Nos ensinamentos de  
107 Miguel Reale (Tridimensionalidade do Direito) "Dada a ação, tem que ser a sanção" (penal ou premial). In  
108 casu, o que está e deve permanecer sendo considerado como irregular é a satisfação do dever constitucional  
109 de prestar contas. Não os atos de gestão dos recursos públicos, que todos concordam terem sido regulares na  
110 destinação e na aplicação. Daí porque o próprio voto condutor desobriga a imputação de débito em face ao  
111 mérito das contas prestadas (que julga regulares) para manter apenas a multa de R\$ 2.000,00 (dois mil  
112 reais), aplicada pelo acórdão recorrido, por atraso na satisfação do dever constitucional de prestar contas. Por  
113 outro lado, compulsando os autos, verifica-se que a citação que a recorrente alega não ter se operado  
114 validamente, de fato, foi efetivada por via postal, com AR - aviso de recebimento, mas não com a cláusula de  
115 pessoalidade, como assim determina o Art.119, do RITCM, vigente à época, verbis: "Art. 119- Far-se-á a  
116 citação, intimação e notificação, conforme o caso, pessoalmente ao interessado ou seu procurador das  
117 seguintes formas: por expediente, entregue pelo correio, com aviso de recepção; Considerando que a  
118 recorrente é funcionária pública e residente no município de São Caetano de Odivelas, não há que se falar em  
119 lugar ignorado, incerto ou inacessível da mesma (Art.231, II, do CPCB) para justificar eventual citação por  
120 edital, ou por via postal com AR – aviso de recebimento, para o endereço de uma repartição extinta desde o  
121 ano de 2005. Nesse passo, há que se realçar que o próprio voto condutor ressalva que "Tanto a prestação de  
122 contas a destempo quanto à omissão no dever de prestar contas estão sujeitas a sanção, salvo se tiver motivo  
123 justificador devidamente comprovado, que exima a responsabilidade do faltoso como caso fortuito e a força  
124 maior". É exatamente dessas hipóteses de exclusão de ilicitude que se cogita nos autos: força maior  
125 impeditiva da constituição válida e regular do processo por falta de atendimento às formalidade legais  
126 essenciais na citação, o mais solene de todos os atos processuais. Portanto, resta claro que o AR – aviso de  
127 recebimento e os editais publicados à guisa de servir de citação para dar partida ao devido processo legal não  
128 tem a menor potência jurídica para estabelecer o marco inicial da contagem de prazo para alguma prescrição  
129 temporal extintiva. Precedentes desta própria corte de contas municipais testemunham nessa direção como,



v.g.: Processo nº 2008.11.555-00: "Ementa: Recurso de reconsideração, Matéria constitucional. Princípio do contraditório e da ampla defesa, Nulidade de citação. Reabertura da instrução. Recurso provido." (realcei) No mesmo diapasão está a afirmação do voto condutor de que "... não podem as cortes de contas darem igual tratamento aos jurisdicionados que prestam suas contas de forma regular, daquele que se omitindo o faz a destempero ou se tomadas". No caso aqui sob exame, tanto o órgão técnico, como o Ministério Público de Contas e o voto condutor concordam na aplicação de multa à gestora recorrente, por ter a mesma satisfeito o dever constitucional de prestar contas fora do prazo legal. Não há, portanto, a (des)igualdade protestada no voto condutor. Compreenda-se que a possibilidade de produção de prova, após o encerramento da fase de cognição administrativa da prestação de contas, é conditito sine qua non para admissibilidade do recurso de revisão, tal como aqui foi processado, à luz do disposto no Art.67, II, da LCE 25/94, verbis: Art. 67. De decisão definitiva caberá recurso de revisão ao Plenário, sem efeito suspensivo, interposto uma só vez, pelo responsável, seus sucessores, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados na forma prevista nesta Lei, e fundar-se-á: em falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; É irrelevante para o desfecho da questão aqui se debater se os documentos fornecidos pela recorrente são "novos" ou não. "Em primeiro lugar, o tema ou termo "novo" não deve ser entendido como documento produzido após a decisão, mas sim aquele que não foi utilizado. Em outras palavras, o documento é novo no procedimento de rescisão do julgado". Mas adiante, o mesmo doutrinador afirma que "Para que seja possível a utilização de tal documento novo, é indispensável que a parte não o tenha utilizado por motivos alheios à sua vontade (desconhecia, não tinha acesso etc.)", (GOMES JUNIOR, Luiz Manoel, Tribunais de Contas - Aspectos controvertidos. Rio de Janeiro, Forense, 2003, 1ª edição, pag. 75). Além disso, coerente com o princípio processual da busca da verdade real, é concebido que "o destinatário da prova é o magistrado", conforme bem dá a entender o dispositivo legal supra transcrito e tal como assim já decidiu em reiterados julgados o STJ\_Superior Tribunal de Justiça (v.g, AgRg no REsp 357024/DF, Rel. Ministro Sidnei Beneti, 3ª Turma, Julgado 110/2013, DJe 05/11/2013). Aliás, sem isso, seria impossível o exercício das ações rescisórias e outras próprias do fenômeno da relativização da coisa julgada como, por exemplo, a querella nullitatis insabilis, estas últimas para corrigir vícios trans rescisórios, após o transcurso do biênio de cabimento das rescisórias (STJ-AgRg nos EDcl no AgRg na AR 2.711/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, julgado em 09/08/2010, DJe 19/08/2010). Nos tempos modernos, a adoção do instituto da relativização da coisa julgada é indesmentível, tanto em benefício da moralidade pública como da segurança das relações jurídicas. De igual sorte, – mas pelas mesmas razões práticas –, relativizado queda-se o instituto da preclusão temporal extintiva. Aliás, para citar um exemplo mais próximo, é de se chamar à colação o dispositivo do Art.77, da recente LCE nº 84/2012, pelo qual: Art. 77. Mediante proposição de Conselheiro ou do Ministério Público junto ao Tribunal, o Pleno poderá declarar a insubsistência de decisão transitada em julgado ou não, quando constatada a existência de fatos anteriores capazes de comprometer a essência do julgado. Os tribunais de contas do país têm natureza jurídica administrativa e atuam como auxiliar do Poder Legislativo, nos termos do Arts. 70 e seguinte da CF/82. Segundo opiniões doutrinárias predominantes, emitem decisões judicialiforme, revisáveis pelo Poder Judiciário em casos especiais, no exercício da jurisdição. Não se paramentam dos rigores legais, nem de extremadas formalidades próprias do exercício da jurisdição. "O processo administrativo, embora adstrito em certos atos, não tem os rigores rituais dos procedimentos judiciais, bastando que, dentro do princípio do informalismo, atenda às normas pertinentes do órgão processante e assegure defesa ao acusado. (TJSP - Ap.Civ. nº 214.519-1 – São Paulo- Rel. Alfredo Migliore – J. 03.08.94). Na doutrina se encontra que "A antinomia entre formalismo e justiça decorre da tomada de consciência do julgador quanto a possibilidade de vir o bom direito a sucumbir em face de uma exigência de caráter puramente formal e deve ser resolvida especificamente pelo



174 ordenamento de cada povo, em face das características culturais do fenômeno processual". (ÁLVARO DE  
175 OLIVEIRA, Carlos Alberto, *Do formalismo no Processo Civil*, São Paulo: Saraiva, 1997, p 224). "É inadequado,  
176 ao nosso ver, um formalismo exacerbado em sede administrativa. Como ponderado em julgamento do  
177 Superior Tribunal de Justiça: "(...) o formalismo processual deve estar à mercê da atuação Jurisdicional. O  
178 rigor da forma, salvo exceções, exigida pela quantia do sistema, não pode prejudicar o direito da parte, e a  
179 pretensão do direito material deduzida em juízo". (GOMES JUNIOR, Luiz Manoel, *ibidem*, pag.71). Além disso,  
180 as letras dos Arts. 52, I, Art.57, II, da LCE nº 25/94, e Art.103, I, ao estabelecerem que a omissão no dever  
181 de prestar contas constitui causa suficiente para a aplicação da pena de irregularidade da prestação de contas,  
182 não contemplam, entre suas hipóteses, o mero atraso no cumprimento de tal dever constitucional. A infração  
183 relativa ao atraso no cumprimento do dever constitucional de prestar contas autoriza a aplicação da multa  
184 prevista no Art.120-A, do mesmo RI, vigente à época do fato e, não, a penalidade de irregularidade das  
185 contas (*nullo crime nulla pena sine lege*). No caso concreto, ao aceitar os documentos fornecidos pela  
186 ordenadora de despesas em grau de recurso como suficientes para comprovar a regularidade na destinação e  
187 na aplicação da verbas públicas geridas pela mesma, este TCM-Pará reduziu a hipótese de incidência de  
188 omissão, inicialmente prevista no acórdão recorrido, para mero atraso no cumprimento do dever constitucional  
189 de prestar contas. Isso se, por acaso, a recorrente ainda era ordenadora de despesas quando ocorreu o dies a  
190 quo do dever de prestação de contas, eis que, caso tenha sido substituída por outro gestor, será este o  
191 responsável pelo ato (ou seja, quem a substituiu) e, não, a recorrente. Nessa circunstância, nem multa se lhe  
192 pode aplicar e, sim, ao novo responsável. Tal conclusão é corolário natural da impessoalidade e da  
193 continuidade da Administração. Portanto, no caso vertente, não há falar em grave infração a justificar a  
194 aplicação da pena de irregularidade na prestação de contas. É necessário não perder de vista que os  
195 mecanismos legais tutores e protetores dos interesses públicos integram um sistema jurídico único, embora  
196 multifacetado, que também contempla a tutela dos direitos e garantias individuais. Especialmente aqueles  
197 relativos a mais alevantada e solene de todas as manifestações da cidadania que é, justamente, o direito de  
198 votar e ser votado: a elegibilidade. Nas lições de Jescheck (apud ROXIN, 2002), "Com o escopo de assegurar  
199 a uniformidade da aplicação do direito, preconiza-se que a ciência jurídica deve ser sistemática, pois assim  
200 garantirá a uniformidade e clareza das decisões, evitando-se que essas sejam baseadas no acaso ou em  
201 arbitrariedades". Em seguida, que "[...] não se podem desconhecer os perigos de uma dogmática reduzida a  
202 fórmulas abstratas: esses estão no fato de que o juiz passe a confiar no automatismo dos conceitos teóricos,  
203 não atentando, portanto, às peculiaridades do caso concreto. O essencial é sempre a solução do problema:  
204 exigências sistemáticas, por serem menos importantes, devem recuar para um segundo plano." Nesse cenário,  
205 as decisões dos Tribunais de Contas cada vez assumem mais vulto e volume de repercussão na esfera dos  
206 direitos e garantias individuais. Basta que se confira a legislação abaixo transcrita: Lei Complementar nº 135,  
207 de 4 de junho de 2010. Lei da Ficha Limpa. (Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que  
208 estabelece, de acordo com o § 9º do Art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de  
209 cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a  
210 probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato). Art. 1º São inelegíveis: para qualquer  
211 cargo: os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por  
212 irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do  
213 órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que  
214 se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no  
215 inciso II do Art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários  
216 que houverem agido nessa condição (realcei); Dessa forma, na eventual colisão entre o interesse público e os  
217 direitos e garantias individuais, há que se ponderar no sentido de que, não tendo se observado qualquer



prejuízo ao erário, à ordem jurídica, à moralidade pública e à probidade administrativa, não há nenhuma razão para se impor a gravíssima penalidade de irregularidade das contas, condutora fatal à inelegibilidade para todos os cargos, por conta do singelo atraso na prestação de contas (pas de nullité sans grife). Principalmente quando cabalmente justificado tal atraso, em face da imprestabilidade da citação como ato inaugural do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, tal como se observa no caso vertente. Por fim, observe-se que os acórdãos de TCU colacionados pelo voto condutor aludem, invariavelmente, à omissão no dever de prestar contas, impossível de se alterar, ainda que se produza documentos novos, em razão da superveniência da imutabilidade da coisa julgada administrativa, evidentemente que só operada após citação válida. Ditos acórdão, todavia, não se aplicam ao caso presente, onde os documentos foram produzidos pela recorrente na primeira oportunidade em que lhe foi dado intervir nos autos. Exatamente por ocasião de interpor o presente recurso com o objetivo de requerer o reconhecimento da nulidade da citação e, portanto, a impossibilidade de constituição válida da res judicata administrativa. In casu, na oportunidade em que este TCM-Pará acatou tais documentos como válidos e suficientes para demonstrar a licitude da prestação de contas da recorrente, isso facto et ipso iuri, afastou a figura da omissão no dever de prestar contas anteriormente acatada, convertendo-a em simples atraso na satisfação do mesmo dever, circunstância essa geradora da sanção de multa e, não, da sanção de desaprovação das contas, consequência daquela. Diante da mora objetivamente constatada na satisfação do dever constitucional de prestar contas, é suficiente a apenação monetária por intermédio da imposição de multa, sem a categorização de irregular às contas julgadas de gestão regular, porque comprovadas correção da destinação e aplicação dos recursos manejados".

A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra para fazer algumas considerações a respeito de seu voto proferido na Sessão do dia 25.03.2014: "Srs. Conselheiros, o voto divergente oriundo da vista do Conselheiro Aloísio Chaves se sustenta, a meu ver, em duas premissas equivocáveis. Uma de ordem ao regular andamento do processo e outra quanto a natureza jurídica dos atos relativos a omissão no dever de prestar contas e a ausência da prestação de contas. Com efeito, diz o revisor em seu voto que: "compulsando os autos verifica-se que a citação que a recorrente alega não ter se operado validamente, de fato, foi efetivada por meio postal, com AR, mas não com a cláusula da pessoalidade". Diz ainda, para sustentar seu voto, que a regra do extinto art. 119 da LC/25/94 não foi cumprida na fase de instrução, uma vez que tendo a recorrente residência no município de São Caetano de Odivelas, não se podia justificar uma citação por AR para um endereço de repartição extinta desde o ano de 2005, assim como também não há de se falar em lugar ignorado, incerto ou inacessível para justificar a citação por capital. Ora, não é bem assim. A regra do revogado art. 119 da LC/25/94, dizia que: **"Art.119– Far-se-á, citação, intimação e notificação, conforme o caso, pessoalmente ao interessado ou seu procurador, das seguintes formas: I- Em mediante ciência nos autos; II- Em sessão plenária, quando presidente; III- por expediente, entregue por servidor do Tribunal; IV- Por expediente, entregue pelo correio com aviso de recepção; V- Por edital, publicando três vezes no Diário Oficial do Estado, no período de dez dias, quando o responsável encontra-se em local ignorado, incerto ou inacessível.** O que se extrai do dispositivo transcrito era de que, na comunicação dos atos processuais, deveria se privilegiar, sempre que possível, a pessoalidade, o que em nenhum momento foi possível no caso concreto, senão vejamos: 1-A citação ou notificação mediante ciência nos autos só seria possível mediante o comparecimento espontâneo da ordenadora o que não ocorreu, já que a mesma só veio apresentar sua prestação de contas por meio de recurso. 2-De igual sorte, não se poderia operacionalizar qualquer citação ou notificação a recorrente em sessão plenária, porque a mesma enquanto ordenadora nunca se fez presente as sessões desse tribunal, enquanto se tem notícia. 3-Não se poderia também fazer a citação



ou notificação por expediente entregue por servidor, por que tal mecanismo só se operava nas realizações de inspeções do Tribunal "in loco" nas repartições municipais. Entendimento esse uniforme e de aplicação desde sempre, em harmonia aos princípios da supremacia do interesse público, razoável duração do processo e economia processual. Pois, ilógica, irrazoável e onerosa seria exigir essa regra de citação considerando a vastidão continental de nosso Estado. E aqui, cito o próprio voto de vista que lembra Jescheck. Diz o hermeneuta alemão citado no voto que: "Com o escopo assegurar a uniformidade da aplicação do direito, preconiza-se que a ciência, jurídica deve ser sistematizada, pois assim garantirá a uniformidade e clareza das decisões, evitando-se que essas sejam embasadas no acaso ou nas arbitrariedades". (grifo nosso) Assim, dentro da uniformidade de procedimentos e para não haver arbitrariedades, o TCM/PA sempre aplicou a regra do art.119 pela cronologia de seus incisos, quando possível, o que não foi no caso presente, pelas razões já expostas. Por outro lado, não cabe também aqui acolher as razões do recorrente de que a citação por "AR" fora endereçada a repartição extinta, isso porque na qualidade de ordenadora, cabia a si o ônus de manter atualizado o seu endereço na secretaria do Tribunal, para que esse à ocasião, expedisse com eficácia os atos processuais de comunicação relativo as suas contas. Evoca-se aqui o princípio jurídico **"Nemo auditor propriam turpitudinem allegans"**, ou seja, de que ninguém pode se valorar de sua própria torpeza para fazer jus a um benefício ou condição, eis que as dificuldades encontradas pelo Tribunal em proceder a citação, foram embaraços causados pela própria recorrente. O outro equívoco, está, como disse, na confusão em estabelecer a omissão do dever de prestar contas e a ausência da prestação de contas. Isso parece caracterizada quando o relator diz em seu voto que "uma omissão no dever de prestar contas pode se transformar em um mero atraso se o Tribunal acatar os documentos fornecidos por ordenador em grau de recurso". Não se pode e nem se deve confundir omissão no dever de prestar contas com ausência de prestação de contas. A primeira ocorre da vontade contaminada de culpa ou dolo daquele que por obrigação legal não apresenta voluntariamente no prazo assinalado pelo Tribunal os instrumentos de ordem contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial que compõe o processo de contas, fazendo recair sobre o fato, a instalação de Tomada de Contas. Já a segunda pode ocorrer sem pressuposto da culpa ou do dolo e se caracteriza pela ausência do próprio processo. Ou seja, pode deixar de existir processo de prestação de contas quando por motivos alheios à vontade do ordenador não se pode exigir o dever do mesmo prestá-las. É o caso de contas iliquidáveis por exemplo, ou de incêndio numa repartição. O que se pretende aqui não é impossibilitar o interessado de apresentar suas contas em grau de recurso. Em absoluto! Tal atitude violaria princípios fulcrais do processo de contas, como o contraditório e a ampla defesa e o princípio da verdade material. O que se discute é se nas razões do recurso, traz o recorrente qualquer excludente de ilicitude de seu ato de omissão no dever de prestar contas para que se possa dar provimento ao recurso e no mérito aprovar as suas contas. A simples entrega da prestação de contas a destempo não pode ser e continuar sendo nesse tribunal fato por si só autorizativo de aprovação das contas pelo simples fato, de que recebendo as contas e analisando-as as mesmas deixaram de ser omissas e viraram intempestivas!!! Tal interpretação é incabível e ofende o tratamento isonômico que deve ser dado aos ordenadores de despesas, ou seja, tratando de forma igual aquelas que cumprem sua obrigação no prazo, daqueles que não o fazem e nem apresentam justificativas capaz de excluir a ilicitude de seu ato. As contas apresentadas em grau de recursos podem e devem por obrigação ao princípio da busca da verdade material (e nela se insere a formal) ser recebidas e analisadas pelo Tribunal, mas sua aprovação está condicionada ao recorrente demonstrar de modo latente e vivo de que não as prestou no tempo oportuno, por absoluta impossibilidade de fazê-lo, caso contrário, segue-se insanável o motivo da reprovação que foi a omissão no dever de prestar contas, excluindo-se, contudo, do alcance os valores porventura, comprovados. É nessa esteira de raciocínio que entendo que meu voto está em consonância com a orientação de vanguarda do País e alinhado a orientação do Tribunal de Contas da União,



cuja a jurisprudência já foi colecionada. Assim sendo, partindo para o caso concreto, a recorrente não se desincumbiu de provar algum fato impeditivo, modificativo ou extintivo do seu dever de prestar contas no prazo legal que pudesse descaracterizar a omissão, cabendo lembrar que, por tratar-se de contas referente ao exercício de 2003 e que deveriam ser prestadas em 2004, só o foram através do presente recurso, ingressado em 14/02/2012, sem qualquer justificativa plausível que elida sua omissão". Após ampla discussão sobre a matéria, a Conselheira Mara Lúcia apresentou proposta de alteração do Regimento Interno do TCM, que será encaminhada aos Gabinetes dos Conselheiros para apreciação, nos seguintes termos: "Nota Técnica: a alteração proposta emerge de inovação jurisprudencial desta Corte de contas, trazida ao Plenário pelo Conselheiro Daniel Lavareda (Processo nº 201203271-00) que, consagrando a jurisprudência ainda não pacificada do Tribunal de Contas da União, vem indicar a necessidade de estabelecimento de um marco delimitador (temporal) e diferenciador (fático) em casos onde houve omissão do gestor em sua tempestividade e regular apresentação. Traçamos, neste caso, um paralelo com a ação penal que cuida de casos de apropriação indébita previdenciária, após o advento da Lei do RGFIS e outras legislações correlatas, onde ficou garantido ao interessado, a possibilidade de reconhecimento e parcelamento de, até a decisão condenatória de 1º Grau, em outras palavras, mesmo denunciado criminalmente, poderia o réu confessar e parcelar o débito e com isto, receber a suspensão do processo criminal, garantindo-lhe, portanto a oportunidade de evitar futura e provável condenação, caso venha adimplir integralmente seus débitos. Assim, entendendo que na omissão do dever legal de prestação de contas, incumbe ao TCM o poder-dever de instauração da Tomada de Contas Especial e, por conseguinte, citação para defesa, no que, após a sua apreciação chegaríamos ao final da instrução processual, com a emissão do Relatório Técnico final da instrução processual, com a emissão do Relatório Técnico final, sugerimos que tal "marco delimitador" que distinguiria a prestação intempestiva ou a destempo (aprovação com ressalva), da omissão do dever (não aprovação) seria justamente o término da instrução processual e julgamento das contas. Válido que se esclareça, que a apresentação da prestação de contas, a quando o Recurso Ordinário ou de Pedido de Revisão (Rescisória), pode gerar efeitos, destacadamente quanto a regularização de débito lançados à conta "Agente Ordenador" ou, ainda, a integral regularização das contas, nas hipóteses em que o recorrente demonstre, cabalmente, a incidência do caso fortuito ou força maior, que conduziu a não apresentação regular e tempestiva das contas. Por fim, destacamos que tal alteração no posicionamento jurisprudencial desta Corte de Contas, à luz das orientações da ATRICON, deverá conduzir, ainda, a modulação dos seus efeitos, impondo-se por conseguintes que os processos anteriores a tal alteração devem seguir a orientação jurisprudencial até então vigente e pacífica, onde se permitia a possibilidade de apresentação das prestações de contas até por ocasião do Recurso/Perdido de Revisão. Tal medida, seguindo o predominante posicionamento deste colendo Tribunal, ratificada o respeito à segurança jurídica e ao tratamento isonômico, entre os jurisdicionados, destacadamente, quanto aos ordenadores de exercícios mais antigos, quanto a orientação jurisprudencial desta Corte não impunha a penalização mais gravosa. Com substrato no espírito pedagógico que, acima de tudo, deve motivar os posicionamentos deste TCM-PA, a proposta alteração regimental, que venha a traçar o marco temporal e fático que inviabilize o saneamento da falha de natureza grave, prevista no inciso IV, do art. 233, do RITCM-PA. Ademais, considerando que a alteração normativa em questão contempla aspectos de direito material e processual, sua aplicação gera efeitos ex nunc, ou seja, passa a valer para os processos, em que o encerramento da instrução processual, ocorre após o início da vigência desta alteração regimental".

**Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o voto divergente do Conselheiro Aloísio Chaves. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o voto divergente do Conselheiro Aloísio Chaves, com base nos precedentes e no Princípio da Segurança Jurídica. O Conselheiro Cezar Colares pediu



VISTA dos autos. O Conselheiro Antônio José e o Conselheiro Sérgio Leão aguardarão o Voto Vista do Conselheiro Cezar Colares para se manifestarem. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 730012005-00; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas - 2005; Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: Auditor Luiz Daniel Lavareda Reis Junior e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com aplicação de multas (Resolução nº 11.869). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 0734002005-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas - 2005; Responsável: Raimunda Edna da Rocha Noronha; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa (Acórdão nº 26.730). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 370012013-00; Prefeitura Municipal de Itupiranga; Prestação de Contas – 2013 – Contas Anuais de Governo; Responsável: Benjamin Tasca; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas (Resolução nº 11.870) Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 370012013-00; Prefeitura Municipal de Itupiranga; Prestação de Contas – 2013 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Benjamin Tasca; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva e



aplicação de multa (Acórdão nº 26.731) Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 90022009-00; Câmara Municipal de Augusto Corrêa;** Prestação de Contas - 2009; Responsável: Francisco Edinaldo Queiroz de Oliveira; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 26.732). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1090022010-00; Câmara Municipal de Aurora do Pará;** Prestação de Contas - 2010; Responsável: João Vieira dos Santos; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 26.733). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 930022008-00; Câmara Municipal de Garrafão do Norte;** Prestação de Contas - 2008; Responsável: Antônio Pereira de Araújo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimentos e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimentos e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 26.734). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1360022009-00; Câmara Municipal de Floresta do Araguaia;** Prestação de Contas - 2009; Responsável: Gercionita Rosa de Oliveira; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Aloísio Chaves); **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão.** O Auditor apresentou sua **proposta de Decisão,** ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas. **Por maioria:** com aplicação de multas (Acórdão nº 26.735). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos Araújo e do



Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 684012006-00; Fundo Municipal de Educação de Santa Izabel do Pará;** Prestação de Contas – 2006; Responsável: Carlos Mario de Brito Kato; Instrução: Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 26.736). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1440052008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Tracuateua;** Prestação de Contas – 2008; Responsável: Ana Maria Correa Lima; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 26.737). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 914132013-00; FUNDEB do Município de Curionópolis;** Prestação de Contas – 2013; Responsável: Gerlane Pereira de Lima Santos; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa (Acórdão nº 26.738). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 374132013-00; FUNDEB do Município de Itupiranga;** Prestação de Contas – 2013; Responsável: Benjamin Tasca; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa (Acórdão nº 26.739). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1260062006-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Terra Santa;** Prestação de Contas – 2006; Responsável: Márcia Simone de Araújo; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator:



Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 26.740). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1024112001-00; Fundo Municipal de Saúde de São Geraldo do Araguaia**; Prestação de Contas – 2001; Responsável: Manoel Soares da Costa (período de 01.01 a 31.08.2001) e Rubens Carvalho Costa (período de 01.09 a 31.12.2001); Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Aloísio Chaves); **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua **proposta de Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva. **Por maioria**: aplicação de multas (Acórdão nº 26.741). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201303994-00 (1030012003-00); Prefeitura Municipal de São João de Pirabas**; Recurso de Reconsideração contra a decisão da Resolução nº 10.625, de 11.12.2012 (Prestação de Contas de 2003); Responsável: João Bosco Rufino Moysés; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão: Adriana Oliveira (Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a exclusão as multas e manutenção da decisão. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso de Reconsideração, mantendo inalterados os termos da decisão recorrida que recomendou à Câmara Municipal a não aprovação das contas prestadas pelo Prefeito do Município, porém com a exclusão da multa em razão do falecimento do Ordenador (Resolução nº 11.871). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200802230-00; Associação das Damas da Fraternidade de Castanhal**; Prestação de Contas do Convênio nº 002/2007, de 26.07.2007; Responsável: Cândida Maria Pereira da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das



508 contas (Acórdão nº 26.742). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da  
509 votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar  
510 Colares. **Processo nº 201207599-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município**  
511 **de Breves; Aposentadoria - Portaria nº 040, de 25.03.2015; Interessado: Benedito da Silva Pontes;**  
512 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no**  
513 **DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
514 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**  
515 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
516 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 26.743). Presidência do  
517 Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do  
518 Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201200214-00;**  
519 **Altaprev de Altamira; Interessada: Rosa Fernandes Lima; Responsável: Maria Regina Cunha;**  
520 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;**  
521 **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 201320992-**  
522 **00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contratos Temporários de Pessoal - 2013;**  
523 **Interessado: Antônio De Sousa Filho e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;**  
524 **Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Retirado  
525 de pauta. **Processo nº 201321013-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contratos**  
526 **Temporários de Pessoal - 2013; Interessado: Audinaldo Barbosa Martins e outros; Ministério Público:**  
527 **Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado**  
528 **no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 201400637-00;**  
529 **Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contratos Temporários de Pessoal - 2013; Interessado:**  
530 **Abeli Lemos de Oliveira e outros; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva;**  
531 **Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Retirado  
532 de pauta. **Processo nº 201400718-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contratos**  
533 **Temporários de Pessoal - 2013; Interessado: Abimael Ferreira dos Santos e outros; Ministério**  
534 **Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no**  
535 **DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 201320704-00; Câmara**  
536 **Municipal de Parauapebas; Contratos Temporários de Pessoal - 2013; Interessado: Antônio**  
537 **Carlos Matos Moraes e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:**  
538 **Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Retirado de  
539 pauta. **Processo nº 201410746-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia; Outros**  
540 **- Remuneração de Servidores; Responsável: Valter Rodrigues Peixoto; Ministério Público:**  
541 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº**  
542 **32.881, de 08.05.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 201506311-00; Câmara Municipal**  
543 **de Vigia de Nazaré; Outros - Representação; Responsável: Mauro Alexandre Dos Santos Souza;**  
544 **Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia;**  
545 **Publicado no DOE nº 32.881, de 08.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira  
546 Relatora apresentou ao Plenário sua Decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º do Art. 292 do  
547 RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**



548 **unanimidade**, decidiu homologar a Decisão da Conselheira Relatora pela admissibilidade da  
549 Denúncia. Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
550 Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** Presidência do  
551 Conselheiro Cezar Colares. Segunda apresentação do Projeto do Código de Ética, nos termos do  
552 Artigo 38 do RI/TCM/Pa. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares lembrou os Conselheiros da  
553 Reunião que ocorrerá amanhã, com o Prefeito de Belém, que irá apresentar o Projeto da Prefeitura  
554 Municipal de Belém sobre a nova sistemática na concessão de Transporte Público, junto com a  
555 Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB) e a Secretaria Municipal de  
556 Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEPI). Por fim, convidou os Conselheiros para a  
557 Reunião Administrativa que acontecerá no Gabinete da Presidência, após a Sessão Plenária.  
558 **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**  
559 **MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e vinte e seis minutos da  
560 qual foi lavrada a presente Ata.  
561 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em doze de maio de dois  
562 mil e quinze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**  
Presidente da Sessão